DEPARTAMENTO DE LETRAS

A INFLUÊNCIA ESPANHOLA
NA EDIÇÃO DE 1584 D'OS LUSÍADAS¹⁷

Maria Paula Lamas¹⁸

A epopeia camonianiana, obra-prima do Renascimento português, apresenta as proezas do povo lusitano rumo ao Oriente através de um mar até àquela ocasião inexplorado. O momento mais temível era a passagem do Cabo das Tormentas, que representava a luta hercúlea do homem contra a natureza e cuja difícil transposição vai contribuir para a divinização dos marinheiros. No final do poema os heróis vão ser premiados pelos triunfos alcançados, reencontrando a *Idade do Ouro*, o Paraíso perdido. A imortalização dos portugueses vai materializar-se na Ilha dos Amores através do seu envolvimento amoroso com as ninfas e da união do capitão Vasco da Gama com Tétis, deusa da água, simbolizando a conquista do mar.

Luís de Camões relata acontecimentos verídicos sobre a História de Portugal e os Descobrimentos, ao contrário do que se verifica nas epopeias clássicas que lhe serviram de inspiração, como a *Eneida* de Virgílio, que apresenta as fantasiosas façanhas de Eneias. Para que a sua narrativa correspondesse à realidade, o Poeta recorreu principalmente aos cronistas e historiadores portugueses. Paralelamente aos episódios históricos vão ocorrer as intervenções dos deuses sem que este aspecto desminta o propósito de Luís de Camões em seguir a verdade, pois também as divindades e respectivas acções se encontram imbuídas de realismo.

Ao perpetuar sublimemente a descoberta do caminho marítimo para a Índia pelos lusitanos, Luís de Camões eleva-se à categoria de herói, concretizando-se o desejo por si expresso na Invocação às

¹⁷ Comunicação apresentada (em versão espanhola) no VII Congresso da AISO, realizado em Cambridge, em Julho de 2005.

¹⁸ Na revista *Soletras* (Ano 5, nº 10, jul./dez. 2005), nas páginas 4 e 7, onde se lê *Maria Paula Palmas*, deve ler-se *Maria Paula Lamas* (artigo «Aguarelas de Cesário Verde»).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ninfas do Tejo em que lhes solicita uma grandiosidade de estilo idêntica à magnitude dos feitos narrados.¹⁹

A primeira edição da epopeia camoniana surgiu em 1572, tendo sido impressa por António Gonçalves, em Lisboa. No entanto, datadas deste mesmo ano há duas versões muito semelhantes, uma ilustrada no frontispício com um pelicano a olhar para a esquerda do leitor e a outra de pelicano voltado à direita. Ao longo dos tempos, muitos investigadores têm-se debruçado sobre os primeiros exemplares d'*Os Lusíadas*, tentando descobrir qual é a edição *princeps*. Na sequência destas pesquisas têm surgido posições divergentes, desde a convicção de serem duas edições distintas até à hipótese de se tratar apenas de diferentes impressões ou estados de uma só edição.

Nos finais do século XVII, Manuel de Faria e Sousa vai ser o primeiro a assinalar a existência de duas edições da epopeia camoniana com data de 1572.²⁰ Mais tarde, em 1817, o Morgado de Mateus ao publicar *Os Lusíadas* vai igualmente referir esse facto. Apesar de não terem explorado a questão da primeira edição, ambos tinham a convicção de que a *princeps* seria a que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a direita do leitor, por aparentar ser aquela que fora corrigida por Luís de Camões.

Pouco tempo depois, Sebastião Francisco de Mendo Trigo vai confrontar minuciosamente as duas edições, verificando as diferenças. De acordo com o seu parecer, a primeira edição é a que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a direita do observador que, devido à sua reduzida tiragem, se teria esgotado rapidamente. Como era difícil obter uma nova licença para uma segunda edição,

¹⁹ «(...) / Dai-me igual canto aos feitos da famosa / Gente vossa, que a Marte tanto ajuda; / Que se espalhe e se cante no Universo, / Se tão sublime preço cabe em verso. (CAMÕES, 2000: 72).

²⁰ «Aviendo, pues, llegado el P. a Lisboa el año de 1569., el de 1572., publicó por medio de Estampa su Lusíada, avendosi le concedido Privilegio Real en 4. de Setiembre de 1571. / Dió con el un gran etallido en todos los oídos, y un resplandor grande a todos los ojos más capaces de Europa. / El gasto desta impression fue de manera, que el mismo año se hizo otra. Y porque esto ha de parecer nuevo, y no *facil de creer*, yo asseguro que lo he examinado bien en las mismas *dos ediciones* que yo tengo; por diferencias de caracteres; de ortografía; de erratas que ay en la primera, y ven emêdadas en la segunda; y de algunas palabras con que mejoró lo dicho.» (Cf. COUTINHO, 1981: 578).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Sebastião Trigoso é da opinião de que esta terá saído com a mesma data para parecer que se tratava da publicação de 1572.

No seu estudo Sebastião Trigoso referencia ainda o facto de *Os Lusíadas* se voltarem a imprimir mais tarde, em 1584, com alterações introduzidas devido à censura, o que considera condenável, pois ninguém tem o direito de corrigir o texto alheio. Sebastião Trigoso explica que ao longo da epopeia houve deturpações, a nível religioso e político, dando exemplos do exposto. Assim, na estrofe 23 do canto I, a palavra *Deoses* foi substituída por *Idolos*:

Em luzentes assentos marchetados
D'ouro e de perlas, mais abaixo estavam
Os outros Idolos todos assentados. (TRIGOSO, 1822: 174);

e, no canto IV, estrofe 40, os versos:

Os Pereiras tambem arrenegados
Morrem, arrenegando o Ceo e os Fados. (TRIGOSO, 1822: 177)

foram alterados para:

Os Pereiras que tambem são rebellados,
Finalmente são aqui desbaratados. (TRIGOSO, 1822: 177).

Estes últimos versos são respeitantes ao episódio que relata a Batalha de Aljubarrota travada entre portugueses e espanhóis. D. Fernando morre em 1383, deixando o país em crise, pois a sua filha, D. Beatriz, herdeira da coroa, encontrava-se casada com o rei de Castela e a sua subida ao trono colocaria em perigo a independência lusitana. Muitos portugueses vão-se opor a esta possibilidade, pretendendo ter como rei o Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro. Assim, surgem duas correntes oponentes: uma que é favorável a D. Beatriz e que conta com o apoio de sua mãe, D. Leonor Teles, e de outros nobres, tais como os dois irmãos de D. Nuno Álvares Pereira; a outra, que apoia D. João, e é liderada pelo *Condestável*. Este corajoso combatente, tomando as rédeas do respectivo exército, incentiva os portugueses a lutarem, assegurando a sua liberdade. A respeito desta guerra que confronta irmãos, Luís de Camões lamenta esta triste situação, privilegiando, no entanto, o patriotismo relativamente aos laços familiares.²¹ De facto, apesar de os combatentes portugueses se-

²¹ «Eis ali seus irmãos contra ele vão / (Caso feio e cruel); mas não se espanta, / Que menos é querer matar o irmão, / Quem contra o Rei e a Pátria se alevanta. / Destes arrenegados mui-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

rem poucos e os adversários muitos e temíveis, a independência lusitana foi preservada devido a um estratégico plano de combate posto em prática e liderado por Nuno Álvares Pereira. Ao relatar a Batalha de Aljubarrota, Luís de Camões hiperboliza a ferocidade e a valentia dos castelhanos, engrandecendo ainda mais a vitória lusa:

Deu sinal a trombeta Castelhana,
Horrendo, fero, ingente, e temeroso;
Ouviu-o o monte *Artabro*, e Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso. (CAMÕES, 2000: 172).

Opondo-se a Sebastião Trigoso, Tito de Noronha, em 1880, vai defender a tese de que a edição original é a que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a esquerda do observador, fundamentando o seu parecer no facto de a outra ser mais incorrecta e não ter sido impressa por António Gonçalves. Tito de Noronha considera que se este impressor tivesse tido a seu cargo o referido trabalho, naturalmente, teria utilizado a mesma portada. No entanto, tal não aconteceu, pois esta apenas é copiada pelo original, o que explica a estampa ter ficado em posição invertida relativamente à inicial.

Para Tito de Noronha, a segunda edição d'*Os Lusíadas* é a dos *Piscos*,²² ou seja, a de 1584, em que houve deturpações devido à censura. Este investigador pensa que a edição que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a direita teria surgido, clandestinamente, em data próxima da edição de 1584, para poder competir com esta em termos de venda, pois as modificações aqui patentes eram tantas que se impunha uma recuperação do primeiro texto.

Posteriormente, em 1910, Epifânio Dias vai diferenciar através das letras *A* e *B* as duas edições datadas de 1572. Sobre a prioridade cronológica este estudioso não tem quaisquer dúvidas quanto à anterioridade da edição *A*, ou seja, a que apresenta o pelicano a olhar para a esquerda, pois há gralhas que surgem na edição *B* que só se explicam devido ao desconhecimento de certas palavras, o que afasta

tos são / No primeiro esquadrão, que se adianta / Contra os irmãos e parentes (caso estranho!), / Quais nas guerras civis de Júlio e Magno". (CAMÕES, 2000: 173).

²² «A designação de ed. dos *Piscos* resulta de uma infeliz explicação dada à estância LXV do Canto III ('Com estas sujugada foi Palmela e a piscosa Cezimbra e juntamente ...'), apresentada assim: 'A piscosa Cezimbra porque, em certo tempo se ajunta ali grande quantidade de piscos para passarem à África'. (SERRÃO, 1973: 3).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

a hipótese de serem da autoria de Luís de Camões. O ilustre camonista documenta a sua tese, apresentando exemplos que atestam o exposto, como acontece com a palavra *Cipião* que foi substituída por *Capitam*.²³

Uns anos mais tarde, em 1921, José Maria Rodrigues também vai distinguir as duas edições, recorrendo às letras *Ee* e *E*, siglas que virão a ser contestadas por David Jackson.²⁴ A edição que tem o pelicano a olhar para a esquerda é designada por José Maria Rodrigues por *Ee* devido ao penúltimo verso da primeira estrofe da epopeia que começa pela copulativa *e*.²⁵ A outra edição, *E*, suprime a conjunção, motivo que leva o ilustre camonista a considerá-la falsa, pois este lapso separa o período gramatical em causa, alterando por completo o sentido dos versos, e, confirmando, deste modo, a autenticidade da edição *Ee*.²⁶

²³ «Em VIII 32, a edição *A* tem 'Portugues Cipião chamarse deue'; a *B* 'Portugues Capitam chamarse deue'. É moralmente impossível que um compositor, tendo diante dos olhos 'Capitam' (ou 'Capitão'), lesse 'Cipião', (ou 'Cipiam'); 'capitão' é palavra corrente, o que não acontece a 'Cipião', e, como é sabido, a gente inculca quando interpreta o que lhe fere os olhos ou os ouvidos, substitue o desconhecido pelo conhecido, e não ao revés. É por conseguinte certo, que foi a edição que tem 'Cipião', isto é *A*, a que serviu de original á que tem 'Capitam', isto é a *B*.» (CAMÕES, 1972: XXVII).

²⁴ «As siglas que definitivamente separam as duas impressões, ou os dois estados, são: OCTVO / OCTAVO, a identificação do canto no fólio 128; e 149 / 145, sendo em ambos os casos uma numeração equivocada para a foliação do verdadeiro f. 154. Todas as cópias de 'E' (...) possuem a leitura OCTVO no fólio 128, a qual foi corrigida em todas as cópias de 'Ee' para OCTAVO. Da mesma maneira, todas as cópias de 'E' levam o número 149 na verdadeira f. 154, enquanto em todas as cópias de 'Ee' a leitura é 145 (com os dois últimos algarismos invertidos). As impressões d'*Os Lusíadas* de 1572 só podem ser diferenciadas definitivamente pelas siglas OCTVO / OCTAVO e 149 / 145, ambas as quais devem substituir a antiga designação 'E' e 'Ee'.» K. David Jackson, *Luís de Camões e a Primeira Edição d' Os Lusíadas, 1572: Uma Introdução ao CD-ROM*, Dartmouth, Center for Portuguese Studies and Culture, 2003, p. 10-11.

²⁵ «As armas e os barões assinalados / Que, da Ocidental praia Lusitana, / Por mares nunca dantes navegados / Passaram ainda além da *Taprobana*, / Em perigos e guerras esforçados / Mais do que prometia a força humana, / E entre gente remota edificaram / Novo Reino, que tanto sublimaram; / (...).(CAMÕES, 2000: 71).

²⁶ «O confronto do texto, da ortografia e do material tipográfico das duas edições não deixa dúvidas a respeito da prioridade de *Ee*. / (...) encontram-se em *E* discordâncias de *Ee*, que não podem provir do manuscrito do Poeta, nem se explicam como erros de imprensa. (...) no original por que se fez a composição com certeza se lia o que está em *Ee* - *E entre* -, pois a supressão da copulativa, feita por *E*, desliga uma da outra as duas primeiras est. do poema, que

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Contrariando José Maria Rodrigues, Aquilino Ribeiro utiliza o mesmo exemplo para, no entanto, defender ponto de vista oposto. Este escritor considera impossível, numa segunda edição, falsa ou verdadeira, a criação de um grave erro, como o da supressão da copulativa *e* que, opondo-se à própria sintaxe e constituindo um contrasenso, demonstra, segundo a sua opinião, que a edição *princeps* só pode ser aquela em que não aparece a referida conjunção, ou seja, a que tem no frontispício o pelicano a olhar para a direita do observador.²⁷

Opondo-se a Aquilino Ribeiro, Frazão de Vasconcelos, em 1949, vai considerar a edição *Ee* como a *princeps*, defendendo que a segunda foi a de 1584. Portugal encontrava-se desde 1580 sob o domínio espanhol, pois D. Sebastião tinha desaparecido em 1578, na Batalha de Alcácer Quibir, sem deixar qualquer descendência, proporcionando a ocupação do trono por parte de Filipe II de Espanha, I de Portugal. Como a censura era rigorosa na época, e, de acordo com os interesses régios, a edição d'*Os Lusíadas* de 1584 sofreu mutilação. A título de exemplificação, Frazão de Vasconcelos apresenta o verso 1 da estrofe 34, do canto III, relativo aos conflitos entre D. Afonso Henriques e sua mãe, que se recusava a entregar ao filho a terra que lhe competia por morte de seu pai. Neste caso, verifica-se uma deturpação notável, pois o verso: «*Eis se ajunta o soberbo Castelhana*» (VASCONCELOS, 1949: 5) foi alterado para: «*Eis se ajunta o valente Castelhana*». (VASCONCELOS, 1949: 5). Este exemplo é bem elucidativo da preocupação em agradar ao regime filipino, motivo que terá levado à substituição do adjetivo *soberbo* para *valente*, modificando, por completo, o sentido dos versos. Frazão de Vasconcelos admite que, por motivos de ordem patriótica, terá surgido pouco tempo depois da publicação dos *Piscos* uma falsa edição (*E*), semelhante à primeira (*Ee*), que teria como objectivo confortar os que

formam um só período gramatical, e altera-lhes completamente o sentido (...).» (CAMÕES, 1921: I).

²⁷ «Repugna ao entendimento que uma segunda edição, clandestina ou não, com revisão do autor ou sem ela, criasse, suprimindo a copulativa, uma gralha onde ela não existia. Gralha tão grave que brigava com o discursivo do argumento epopeico e com a própria sintaxe. Contrasenso em toda a linha. Esta errata bastaria por si só, repetimos, antes de mais nada, para anunciar logo do limiar, clangorosa como a trombeta castelhana, qual era e edição claudicante, primeira por consequência, a do pelicano que olha para a direita.» (RIBEIRO, s. d.: 16).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

se encontravam decepcionados com o regime que vigorava nessa ocasião em Portugal.

Igualmente sobre o mesmo assunto debruçou-se António José Saraiva que partilha da opinião de que a edição *Ee é a princeps*. Este historiador pensa que a segunda é a dos *Piscos* e que entretanto a procura da primeira edição teria aumentado no mercado, conduzindo à sua falsificação através de uma reprodução muito semelhante do texto e dos desenhos. António José Saraiva considera que a aparição desta edição funcionava para os portugueses como um testemunho vivo do que fora Portugal na época da glória e da independência. (Cf. SARAIVA, 1978: 13).

Para Artur Anselmo, o domínio filipino explica em parte o facto de o mesmo censor, o frade Bartolomeu Ferreira, ter adoptado atitudes diferentes nos dois momentos distintos em que verificou o texto de Luís de Camões: em 1572, o referido frade afirmou que o poema não continha nada contrário aos bons costumes, compreendendo as referências pagãs, pois considerou-as como um embelezamento; em 1584,²⁸ sob a égide filipina, e, de acordo com os interesses que vigoravam nessa ocasião em Portugal, o mesmo homem altera o poema, comentando no final que daquela maneira emendado o texto já não atentava contra a moralidade e a fé.

Ao longo dos tempos a questão da edição *princeps* d'*Os Lusíadas* tem vindo a suscitar muitas análises e consequentes pareceres divergentes. Mais recentemente, no final do século XX, David Jackson confrontou vários exemplares da epopeia camonianiana, datados de 1572, que se encontram espalhados pelo Mundo. No seu estudo David Jackson verificou que há certos casos, embora raros, que não se encaixam nem na edição que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a direita do observador nem na outra em que o pelicano está virado à esquerda, concluindo que correspondem a diferentes

²⁸ «Na edição 'dos Piscos' há dois tipos de mutilações censórias: um de carácter político e outro que, *grosso modo*, podemos considerar de carácter religioso. Com intuítos marcadamente políticos, pensando na conveniência de adaptar o poema aos condicionalismos da Monarquia Dual, houve o cuidado de evitar tudo quanto pudesse ferir o patriotismo das novas autoridades (...).» (ANSELMO, 1982: 39).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

momentos de transição.²⁹ Este investigador, embora não afaste por completo a hipótese da existência de duas edições distintas, inclina-se mais para a possibilidade de serem diferentes impressões ou estados que teriam ocorrido em ocasiões próximas, o que explicaria a introdução de sucessivas modificações, a nível tipográfico, e o facto de alguns fólios se encontrarem misturados.

De elevado interesse nacional e internacional, a epopeia camoniana tem sido freqüentemente reimpressa nos vários continentes, seguindo a edição original de 1572. Com base em diversos estudos realizados por eruditos, tudo leva, de facto, a crer que o texto escrito por Luís de Camões foi mantido, pelo que os portugueses se podem orgulhar de possuir a verdadeira mensagem do magnânimo Poeta³⁰ - uma mensagem de patriotismo e de amor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELMO, Artur, *Camões e a censura literária inquisitorial*. Braga: Barbosa & Xavier, 1982.

CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*. Org. de José Maria Rodrigues. Lisboa: Tip. da Biblioteca Nacional, 1921.

———. *Os Lusíadas*. 3ª ed. Org. de Augusto Epifânio da Silva Dias. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1972.

²⁹ «Há exemplares raros, associados à edição 'E', mas com variantes que não pertencem nem ao padrão da 'EE' nem da 'E' (...). Concluímos que se trata de um momento de transição entre as duas edições, já que três desses volumes também têm intercalações da 'EE' (...) / (...) / Na transição houve influência da edição 'E' sobre 'EE', na medida em que esta vai-se transformando naquela. A conclusão é indicada devido às muitas intercalações de 'E' na 'Ee', enquanto o contrário é muito mais incomum. Assim, é provável que a edição 'EE' tenha sido impressa primeiro: mas a conclusão mais fundamental é de que as duas edições foram preparadas concomitantemente, sofrendo mudanças tipográficas às vezes radicais, logo encadernadas, com os seus fólios misturados. Isto produziu dois grandes padrões de edição, 'Ee' e 'E', mas resultou também em muitos exemplares diferentes e raríssimos, cujo conteúdo documenta as fases de impressão.» (JACKSON, 1991: 595).

³⁰ «(...) existe una tradición lírica, la del dolor y la alegría, que es común a todos los pueblos peninsulares, y que Camões es genial representante de ese nexo, aunque haya dado por vía erudita algo que solamente Portugal tiene y de lo que puede enorgullecerse con toda justicia: *Os Lusíadas*.» (VICENTE, 1981: 41).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

———. *Os Lusíadas*. Intr. de António José Saraiva. Porto: Figueirinhas, 1978.

———. *Os Lusíadas*. Org. de Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, 2000.

COUTINHO, B. Xavier. A edição ‘princeps’ de *Os Lusíadas*. **In:** *XVI Separata dos Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

JACKSON, Kenneth David. Para uma edição crítica de *Os Lusíadas*, 1572: a contribuição dos exemplares mais raros. **In:** *Estudos Portugueses Homenagem a Luciana Stegagno Picchio*. Lisboa: Difel, 1991.

———. *Luís de Camões e a Primeira Edição d’ Os Lusíadas, 1572: Uma Introdução ao CD-ROM*. Dartmouth: Center for Portuguese Studies and Culture, 2003.

NORONHA, Tito de. *A primeira edição dos Lusíadas*. Porto: E. Chardron, 1880.

RIBEIRO, Aquilino. A edição ‘princeps’ dos *Lusíadas*. **In:** *Separata do Boletim da Junta de Província de Estremadura*. Lisboa: Livraria Bertrand, [s/d.].

SERRÃO, Eduardo da Cunha. As edições quinhentistas de *Os Lusíadas* e as primeiras traduções. **In:** *Separata da Revista dos Correios e Telecomunicações*, n° 26. Lisboa, 1973.

TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo, Exame crítico das primeiras cinco edições dos *Lusíadas*. **In:** *Memórias da Academia das Ciências*. Lisboa, 1822.

VALVERDE, José Filgueira. ‘*Os Lusíadas*’ em si mesmos como monumento. **In:** *Separata de Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*. Lisboa: Neogravura, 1973.

VASCONCELOS, Frazão de. A edição princeps dos *Lusíadas*. **In:** *Separata da Revista Independência*, n° 10 Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1949.

VICENTE, Alonso Zamora. Relaciones literarias hispano-portuguesas. **In:** *Cuatro lecciones sobre Camoens*. Madrid: Fundación Juan March y Ediciones Cátedra., 1981.